

Centrão quer nova ordem econômica

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Das 23 propostas de emendas conjuntas do Centrão, que modificam 14 dos 271 artigos do projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização, 18 têm como objetivo alterar a política econômica e os dispositivos referentes à área trabalhista daquele texto.

Uma das primeiras providências do Centrão foi a de corrigir o artigo 199, do capítulo da ordem econômica, que consagra como "Princípio fundamental da ordem econômica pleno emprego". Essa redação, segundo os integrantes do grupo, está afastada das realidades sócio-econômicas do País. "Entendemos que seria mais correto dizer 'a promoção do pleno emprego' ou a 'busca do pleno emprego' — diz a justificativa da emenda.

Ao cuidar da definição de empresa nacional, os integrantes do Centrão criticam o texto do projeto da Sistematização, que consagra dois conceitos diversos para categorias jurídicas iguais ao definir "empresa nacional" e empresa "brasileira" de capital estrangeiro. Com essa orientação, na opinião do Centrão, "teremos o risco de isolamento do Brasil nas relações econômicas internacionais, especialmente no que diz respeito aos interesses da própria empresa nacional". Eles lembram que, mantida essa definição, um empresário brasileiro que decidisse mudar-se para o Exterior veria sua empresa transformada em empresa estrangeira, porque o texto vincula a nacionalidade da empresa ao domicílio do acionista. Para o grupo se uma definição de empresa nacional deve figurar na Constituição, "que seja aquela caracterizadora do mesmo gênero e podendo qualificar uma de suas espécies em função do capital".

As emendas do Centrão acabam, também, com o monopólio da União na distribuição dos derivados de petróleo. O texto da Comissão de Sistematização, segundo os integrantes do Centrão, consagrou um "injustifi-

cado rompimento com empresas estrangeiras que já vêm atuando no País, há décadas, sem um objetivo válido aos interesses nacionais".

Outra medida que eles consideram contrária aos interesses do País e da própria Petrobrás é o dispositivo que proíbe a efetivação de contratos de risco. Se depender do Centrão, será suprimido da futura Constituição.

No capítulo da legislação trabalhista, o grupo quer suprimir os "excessos" de que acusa a esquerda na Comissão de Sistematização, como a fixação do princípio da estabilidade no emprego, "contrariando os interesses de todas as categorias envolvidas". Para o Centrão, não é pelo texto constitucional nem pela legislação comum que a estabilidade será obtida, mas, sim, por um processo duradouro de fortalecimento das relações entre o capital e o trabalho. Para dificultar a despedida, o grupo quer inserir o princípio indenizatório para a rescisão contratual.

Quanto à hora extra, o Centrão também é contra o texto da Sistematização que dobrou o valor do trabalho extraordinário. "Entendemos que ela deve ser superior à do trabalho normal, mas tratada com a flexibilidade que merece, através do instrumento hábil nas relações trabalhistas que é a negociação coletiva" — justificam.

Outra crítica do Centrão é contra a ampliação do "aviso prévio", tornando-o proporcional ao tempo de serviço, como estabelece o texto da Sistematização. "Alterar este preceito para transformá-lo em outra indenização e onerar ainda mais a empresa, sem qualquer justificativa sócio-econômica, cujos custos serão repassados aos preços e ao consumidor."

Eles são contra, ainda, a greve nas atividades essenciais e de relevante interesse público e contra a imprescritibilidade das ações trabalhistas, consagradas na Sistematização. A segunda medida, segundo eles, prejudicaria o "bom funcionamento do sistema jurídico trabalhista do País".

José Lins encarrega-se de elaborar as propostas

Emendas estão prontas, mas propostas continuam chegando

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A coordenação do Centrão já acabou de elaborar o conjunto de emendas que vai apresentar ao anteprojeto de constituição aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte, segundo informou, ontem, o deputado José Lins, encarregado da elaboração das propostas. O parlamentar disse que continuam a chegar sugestões dos integrantes do grupo, devendo ser examinadas todas as que forem recebidas até domingo.

Mas o trabalho somente será submetido aos representantes do Centrão depois dos festejos do final do ano, a partir do dia 3 de janeiro, de modo a possibilitar a coleta de assinaturas para encaminhar as emendas já no dia 5. O deputado José Lins informou também que o Centrão deverá propor emendas substitutivas aos títulos 2, 3, 7, 8 e possivelmente ao primeiro, além de mais quatro a capítulos inteiros.

No total, o Centrão pretende encaminhar cerca de 12 emendas a títulos completos e capítulos, além de três ou quatro sem o caráter de preferência automática. Mas todos os integrantes do grupo que desejarem poderão encaminhar suas emendas pessoais, cujo pedido de destaque para votação em separado necessitará do apoio de 56 constituintes, mas

a solicitação terá de ser votada e somente será aprovada pelo voto da maioria simples. Ou seja, pela maioria de 280 parlamentares presentes no plenário.

O Centrão, sempre conforme o deputado liberal, não apresentará nenhuma emenda sobre a forma de governo, o mandato do presidente José Sarney ou a estrutura de poder, questões que dividem o grupo. Por essa razão, o parlamentar aconselha aos constituintes interessados nessas questões encaminhá-las em caráter pessoal.

Ele disse que as questões que vêm despertando maior polêmica no grupo são a ordem econômica, a saúde e a educação, enquanto a expectativa com relação à reforma agrária, outro tema polêmico, não se confirmou porque o tratamento dado ao assunto esvaziou a discussão, já que remete para lei ordinária os maiores problemas.

José Lins não deu importância à anunciada disposição do PTB de romper com o Centrão caso não sejam mantidos os avanços aprovados pela Comissão de Sistematização com relação aos direitos sociais. "O PTB é mais Centrão do que nós todos juntos e eles não vão fazer isso", frisou o parlamentar, explicando que vem procurando encontrar fórmulas que possam ser aceitas por todo o grupo com relação aos temas polêmicos.

Arinos garante que Centrão está no fim

"A esquerda radical tem, no máximo, 70 constituintes. São poucos, mas fazem um barulho danado. Parecem caranguejos numa lata. É que encontram setores da imprensa que lhes dão cobertura." A afirmativa é do líder do PFL, deputado José Lourenço (BA).

O parlamentar, que ontem deu expediente em seu gabinete na Câmara, mantendo contactos com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, com seus liderados e membros do Centrão, acha que "como todos os radicais, tanto os de esquerda quanto os de direita são inexpressivos numericamente. As grandes decisões são tomadas pela grande maioria do centro, sem que eles influam.

Isso ocorre em todos os países do mundo".

José Lourenço lembra que nos países de quadro político definido, como a França e outros países da Europa, os partidos de esquerda radical são exatamente do tamanho dos partidos de direita radical: "O de Jean Le Pin tem 36 deputados, exatamente o mesmo número de deputados do PC de George Marchais".

"Na Assembléia Nacional Constituinte brasileira o centro é majoritário porque reflete a maioria da Nação. É o Centrão, o Centríno, o Grupo dos 32. Tudo isso é centro e está afinado nas questões fundamentais em função do interesse maior do Brasil", concluiu.

